

## Ata nº 43 / XIII / 1.ª SL

Aos catorze dias do mês de Setembro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

#### 1. Informações gerais

#### 2. **Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 3/XIII/1ª -** Aprova a retirada da reserva formulada à alínea g) do artigo 10.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT), adotado em Darmstadt, em 1 de dezembro de 1986.

- Deputada autora do Parecer: Isabel Santos - PS

#### 3. Distribuição de Iniciativas:

- **Proposta de Resolução n.º 17/XIII/1ª** - Aprova o Acordo de Aviação Euromediterrânico entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Governo do Estado de Israel, por outro, assinado no Luxemburgo, em 10 de junho de 2013: **PSD**
- **Proposta de Resolução n.º 18/XIII/1ª** – Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015: **PS**
- **Proposta de Resolução n.º 19/XIII/1ª** - Aprova o Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a América Central, por outro, assinado em Tegucigalpa, em 29 de junho de 2012: **PSD**
- **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à aplicação provisória do Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro **COM(2016) 470: PS.**

- **Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que altera o Regulamento (UE) n.º 230/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento para a estabilidade e a paz [\[COM\(2016\) 447\]](#): BE

#### 4. Análise e votação do Relatório de Atividades da 1ª Sessão Legislativa

#### 5. Aprovação de atas

- Ata n.º 06 de 15 de dezembro de 2015;
- Ata n.º 07 de 22 de dezembro de 2015;
- Ata n.º 12 de 26 de janeiro de 2016;
  
- Ata n.º 13 de 02 de fevereiro de 2016;
- Ata n.º 15 de 22 de fevereiro de 2016;
- Ata n.º 16 de 02 de março de 2016;
- Ata n.º 18 de 29 de março de 2016;
- Ata n.º 19 de 05 de abril de 2016.

#### 6. Outros assuntos

---

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos restantes Deputados na primeira sessão pós-férias, pese embora decorra, ainda, durante a 1.ª sessão legislativa.

Relativamente ao **Ponto 1.** da OD, o Senhor **Presidente** informou dos contactos já estabelecidos com algumas das entidades cuja audição havia sido aprovada pela Comissão, na sequência do Requerimento apresentado pelo PCP relacionado com a “cimeira das Lajes” e o papel de Portugal na denominada “Guerra do Golfo”. Foi sugerido que, de preferência, todas as entidades venham a ser ouvidas numa mesma terça-feira, ficando em aberto, caso tal não se mostre possível, a partição das audições pelas manhãs de quarta e quinta imediatamente seguintes. Todos os Grupos Parlamentares manifestaram concordância com a metodologia sugerida, tendo o Senhor Presidente informado, ainda, que além das missivas-convite, pretende contactar pessoalmente os visados, o que já ocorreu com o Dr. Jorge

Sampaio.

Seguidamente, lembrou que está prevista uma visita oficial de uma delegação da Comissão ao Irão, cuja partida está prevista para 31 de outubro, sendo urgente que cada Grupo Parlamentar indique para o efeito o respetivo membro integrante.

Foi referida a disponibilização pelos Serviços do texto final das Conclusões da Conferência Interparlamentar de Bratislava (PESC/PCSD), solicitando eventuais comentários. Ficou assente voltar à questão, assim que o Relatório da missão for conhecido.

Já é conhecida, embora carecida de algumas confirmações de presença, o Programa do seminário que assinala os 20 anos da CPLP, iniciativa que decorrerá na sala do Senado, a **12 de outubro** (4.<sup>a</sup> feira), durante o período da manhã. Estando prevista a participação no evento dos Deputados Ângela Guerra (PSD), Carlos Páscoa (PSD), e do próprio Presidente, todos confirmaram, para os efeitos pretendidos, a respetiva presença.

Foi transmitida, de seguida, a comunicação oriunda da Representante Parlamentar Permanente em Bruxelas, de que a Comissão Europeia, pretende intensificar os contactos entre os Comissários e os Parlamentos nacionais, estando aberta à participação dos Comissários em iniciativas que sejam levadas a cabo em Portugal pelas diferentes Comissões Parlamentares.

Interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** para saudar a disponibilidade manifestada, tendo sugerido a audição da Senhora alta Representante para a Política Externa da União, bem como do Comissário responsável pelas questões da imigração e refugiados.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para concordar com a sugestão e lembrar que a questão pode ser concretamente discutida no âmbito da discussão e definição do plano de atividades da Comissão para a 2.<sup>a</sup> sessão legislativa que se vai iniciar.

Finalmente, foi referido o procedimento de reiteração do pedido de audição do Senhor Embaixador de Timor-Leste junto da CPLP, Antonino de Araújo.

No **Ponto 2.** da OD, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para, na qualidade de Relatora, apresentar o seu Relatório acerca da iniciativa em apreço, tendo

começado por enquadrar a matéria de fundo e analisado a substância da Proposta do Governo. De seguida, lembrou que a Organização Internacional que é objeto da Proposta analisada é a mesma que havia sido focada na Petição n.º 416/XII/3.<sup>a</sup>, sob impulso do único cidadão português que, até esta data trabalhou naquela instituição. Recordou que na Petição em causa, a Comissão havia reconhecido razão ao peticionário, por ser clara a invalidade da reserva imposta pelo Estado português \_que se traduz numa dupla tributação do cidadão \_\_, a qual se pretende agora ver eliminada, sem que, porém, tenha ficado salvaguardada a situação do cidadão em causa. Por este motivo, a Relatora solicitou informações junto das tutelas envolvidas em cujo âmbito elucidou acerca das informações que formulou junto das tutelas governativas envolvidas, tendo em conta as dúvidas suscitadas. Em face das respostas dadas pelo Governo, e dado que a Proposta sob análise, ao eliminar a reserva em causa elimina também a dupla tributação, assim viabilizando o interesse de outros cidadãos nacionais eventualmente interessados em trabalhar na mencionada organização, cuja participação é do interesse português, concluiu que a presente Proposta reúne condições para ser apresentada em Plenário, fazendo notar que, olhando as vicissitudes conhecidas do caso concreto aflorado na supracitada Petição, a ratificação parlamentar da medida analisada é de molde a poder ajudar o próprio particular no processo judicial contra a Administração Tributária (AT), no qual é impugnante, na medida em que evidencia a ilegalidade da medida ora removida.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para saudar o trabalho exaustivo da Relatora, concordando com a estratégia e a análise adotadas, acreditando, ainda, que a rápida aprovação desta Proposta pode constituir o melhor meio para que o cidadão logre resolver a sua situação junto da AT.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, acompanhar o teor do Relatório e Parecer apresentados.

Tomando a palavra, manifestou o Senhor **Presidente** a sua angústia perante uma situação de verdadeiro esmagamento de um cidadão por parte da máquina administrativa e, em particular, pela AT, onde o poder executivo, perante uma evidente ilegalidade, de resto reconhecida pela própria Comissão em sede de Direito de Petição, transfere para os Tribunais nas suas responsabilidades. Por tais motivos, sugeriu que o Relatório sob análise fizesse referência, ainda que breve, a esta situação em concreto.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para concordar na íntegra com o atrás sugerido.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**, lembrando que perante o caso em concreto, bastaria a qualquer chefe de finanças minimamente esclarecido e diligente, a partir da mera leitura da Convenção, dar resolução administrativa a este problema, tal é a evidência da ilegalidade em presença. Disponibilizou-se, caso venha a ser a opinião de todos, a introduzir inciso no seu projeto de Relatório aludindo à questão.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para afirmar que a sugestão avançada pelo Senhor Presidente extravasa o âmbito da medida em apreço, salvo no caso em que a própria Relatora, no seu Parecer, entender dever opinar acerca da questão.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para saudar os Senhores Deputados pelo regresso ao trabalho, agora, numa sala renovada e muito mais funcional. Referiu que a sugestão do Senhor Presidente além de justa e adequada às circunstâncias, vem de encontro aos melhores procedimentos administrativos, mais afirmando que pior seria se a Comissão, perante uma manifesta ilegalidade, nada fizesse. Mais referiu não poder a Comissão, no seu trabalho, olhar apenas para a vertente meramente formal das matérias que lhe são submetidas, cabendo-lhe ajuizar também materialmente, caso contrário, transformar-se-ia numa entidade meramente “chanceladora”.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** referindo que fará nota no seu Relatório da unanimidade de posições entre todos os Deputados da Comissão, relativamente a esta matéria.

Interveio a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** para questionar sobre se seria bastante que a referência a esta concreta situação constasse, apenas, da opinião da Relatora, a qual não é sujeita a votação.

Respondeu a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** que, de facto, a sua opinião, inserta no Relatório, não é votada.

Interveio o Senhor **Deputado Alberto Martins (PS)** para sublinhar que a aposição da reserva à Convenção em apreço por parte do estado português, na medida em que originariamente violou os termos da mesma, deveria ser considerada juridicamente inexistente e até inconstitucional, por ferir o princípio da receção automática do direito internacional na esfera jurídica nacional, a que se refere o artigo 8.º da Constituição. Nesta medida, seria sempre altamente provável que o particular viesse a obter ganho de causa com tal fundamento.

Interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** para propor a elaboração de parecer escrito que pudesse ser unanimemente aprovado.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** sugerindo, em alternativa, a inserção no preâmbulo ou nas conclusões do Relatório de uma alusão a este caso concreto.

Tomo a palavra o Senhor **Presidente**, propondo, com a concordância da Senhora Relatora, a elaboração de uma redação adequada, seguindo a sugestão da Senhora Deputada que o antecedeu, remetendo a aprovação do Relatório para a próxima sessão. Esta sugestão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, foram distribuídas as seguintes iniciativas:

Proposta de Resolução 17/XIII/1.<sup>a</sup>, Deputado Carlos Páscoa (PSD);

Proposta de Resolução 18/XIII/1.<sup>a</sup>, Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD)

Proposta de Resolução 19/XIII/1.<sup>a</sup>; o PS irá indicar o Deputado Relator;

Proposta de Decisão do Conselho COM(2016)470; o PS irá indicar o Deputado Relator;

Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho COM(2016)447, o BE irá indicar o Deputado Relator.

No **Ponto 4.**, foi colocado à apreciação da Comissão o teor do Relatório de Atividades relativo à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa. Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Finalmente, no **Ponto 5.**, foram lidas as Atas identificadas na OD tendo todas elas sido aprovadas por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e quinze minutos.

---



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20160914.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160914.mp3)

Palácio de S. Bento, 14 de Setembro de 2016

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
João Oliveira  
Jorge Moreira da Silva  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
Berta Cabral  
Bruno Coimbra  
Carla Cruz  
Hugo Costa  
Maria Augusta Santos  
Pedro Alves  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Cesário  
Porfírio Silva  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Lara Martinho  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20/09/2016.**